



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
AV. LAURO SODRÉ N.º 6.500 - AEROPORTO - PORTO VELHO – RO CEP:76803-260
TEL: (69) 3217-6200

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, na central telefônica do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM do Centro Regional de Porto Velho – CR-PV.

Item	Descrição	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, com reposição de peças, se necessário, na central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniOCX Enterprise.	27120	UND	01	6.329,32	6.329,32

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato.

1.3. A contratação será de acordo com a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, previsto no Inciso II, Art. 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico;

2.2. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), buscando a constante melhoria e a celeridade no cumprimento de seu papel junto à sociedade, instituiu como meta, em seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o ciclo 2020-2023, os objetivos a serem alcançados pela instituição nesse período. Dentre estes, está o fortalecimento e ampliação da estrutura e serviços de TIC. Nesse sentido, a Diretoria Técnica (DITEC) por meio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) está desenvolvendo diversas ações e realizando contratações para que esse objetivo seja atingido.

2.3. Partindo desta premissa o fortalecimento do serviço de telecomunicações é essencial para o desenvolvimento das atividades do Sistema de Proteção da Amazônia, que tem como infraestrutura o Centro de Coordenação Geral (CCG), situado em Brasília, e três centros regionais (CRs), situados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO, respectivamente. A comunicação entre essas unidades, bem como, dessas com outros terminais telefônicos localizados no país e no exterior, é fundamental para interação com órgãos parceiros, universidades, centros de pesquisa e fornecedores.

2.4. A contratação de empresa especializada para prestação de serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, com reposição de peças, se necessário, na central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniPCX Enterprise, tem o objetivo de garantir a disponibilidade de todos os softwares e aplicações necessárias para o perfeito funcionamento da solução de telefonia do CENSIPAM, mostrando-se primordial para a continuidade do serviço fornecido pela DITEC conforme previsão destacada no Plano de Trabalho Anual.

2.5. Ocorreu que no dia sete de fevereiro de 2022, foi constatado que a central telefônica, marca Alcatel-Luncet, modelo OmniPCX Enterprise, do Centro Regional de Porto Velho, apresentou defeito, sendo necessária realização do serviço de manutenção no equipamento, desta forma faz-se necessário a contratação deste serviço.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste projeto Básico;

3.2. A solução compreende a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, com reposição de peças, se necessário, na central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniPCX Enterprise do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM do Centro Regional de Porto Velho – CR-PV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

3.3. Em caso de necessidade de reposição de peças, todas as peças que vierem a ser substituídas deverão ser novas e fornecidas pelo fabricante da central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniPCX Enterprise.

3.4. Os custos do frete e deslocamento entre as instalações da contratante e os locais de entrega, bem como os custos de transporte e seguro da carga transportada correrão por conta da contratada.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de serviço comum, a ser contratada mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Caberá a empresa contratada o cumprimento, no que for cabível, da IN/SLTI nº 01/2010, a qual dispõe sobre critério de sustentabilidade ambiental:

5.1.1. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.2. A contratação também requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos serviços serão de 20 (noventa) dias, contados da assinatura do Contrato, no seguinte endereço: CENSIPAM-CCG-Brasília- Setor Policial Sul - Área 5 - Qd. 3 - Bl K, Brasília/DF - CEP 70610-200 no horário de 08:00 às 11:45 e de 14:00 às 17:00 horas.

6.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

6.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Projeto Básico e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Projeto Básico, seus anexos e propostas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do Contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.11.1. Será rescindido o Contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
------------	---------------------------	--

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. A finalidade da garantia contratual é assegurar a plena execução do Contrato e evitar prejuízos ao erário. A partir do momento da entrega totalitária do objeto e este for aceito pela equipe de fiscalização, conclui-se que todas as obrigações da contratada foram atendidas e não havendo a necessidade por parte da mesma de apresentar uma garantia contratual.

- 14.1.2. Pagamento do serviço após finalização do objeto contratado.

15. DA GARANTIA DO SERVIÇO

15.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, de acordo com a garantia legal, será de, no mínimo, 90(noventa) dias, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ressalvando-se os danos ocasionados por fatores ambientais, manutenção ou manuseio incorretos no trato com os mesmos por parte da CONTRATANTE.

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do Contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do Contrato;

- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. **Multa**

16.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

16.2.2.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o CENSIPAM, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com os Órgãos e Entidades da União** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "16.2.4" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.

16.4. As sanções previstas nos subitens "16.2.1", "16.2.3", "16.2.4" e "16.2.5" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. O critério de julgamento da proposta é a com base na pesquisa de preços conduzida mediante a constatação dos menores valores propostos pelo fornecedor a ser indicado, conforme o conteúdo do Mapa Comparativo de Preços (4810692) e a Análise Crítica de Pesquisa de Preços (5039106).

18. ESTIMATIVA DO PREÇO

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 6.329,32 (seis mil trezentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores;
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168629
- f. Natureza da Despesa: 33.90.40.12 – Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC;
- g. Código do Sistema PTA/2022: 339/22

20. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar

Porto Velho - RO, 11 de março de 2022.

ELABORAÇÃO:

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA BRAGA

Integrante Requisitante

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 1082, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

DOMINGOS SARGES JÚNIOR

Integrante Técnico

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 1082, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

SÉRGIO LUIZ MARQUES FRAGA

Integrante Administrativo

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 1082, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

AUTORIZAÇÃO:

ROSEVAL SERRADO LEITE

Gerente do Centro Regional de Porto Velho

APROVAÇÃO :

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI

Ordenador de Despesas

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

Diretor de Administração e Finanças

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Projeto Básico - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Out/2021

APÊNDICE I

Estudo Técnico Preliminar 24/2022.

1. Informações Básicas

Número do processo: 60093.000064/2022-64

2. Descrição da necessidade

- 2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, com reposição de peças, se necessário, na central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniPCX Enterprise, tem o objetivo de garantir a disponibilidade de todos os softwares e aplicações necessárias para o perfeito funcionamento da solução de telefonia do CENSIPAM, mostrando-se primordial para a continuidade do serviço fornecido pela DITEC conforme previsão destacada no Plano de Trabalho Anual;
- 2.2. Garantir os meios de comunicação de dados necessários ao funcionamento dos serviços, principalmente manter os contatos entre o CRPV e o CCG-Brasília e demais Centros regionais;
- 2.3. Manter o serviço de telefonia fixa comutada local em Porto Velho; e
- 2.4. Manter o serviço de telefonia interestadual e internacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETEC - Integrante Requisitante	MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA BRAGA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 4.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 4.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 4.1.3. reparar ou corrigir, no prazo fixado no Projeto Básico, o objeto caso apresente avarias ou defeitos dentro do prazo de garantia; e
- 4.1.4. manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizada pesquisa para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma combinada, em atenção ao Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020:

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

5.2 Art. 5º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

- I - painel de preços;
- II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos cento e oitenta dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou
- IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de cento e oitenta dias.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução compreende a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, com reposição de peças, se necessário, na central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniPCX Enterprise do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM do Centro Regional de Porto Velho – CR-PV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- 6.2. Os custos do frete e deslocamento entre as instalações da contratante e os locais de entrega, bem como os custos de transporte e seguro da carga transportada correrão por conta da contratada.
- 6.3. O prazo de entrega do serviço é de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da assinatura do Contrato entre o Censipam e a contratada em remessa única, no seguinte endereço:
- 6.3.1 CENSIPAM-CCG-Brasília - Setor Policial Sul - Área 5 - Qd. 3 - Bl. K, Brasília/DF, CEP 70610-200 no horário de 8:00 às 11:55 e de 14:00 às 17:00 horas.
- 6.4 O serviço será recebido provisoriamente no prazo de 10 dias, pelos(as) responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste ETP e no Projeto Básico, bem como nas propostas.
- 6.5 O serviço será recebido definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.6 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As demandas iniciais estão relacionadas a seguir:

Item	Quantidade	Descrição
------	------------	-----------

01	01	Serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, com reposição de peças, se necessário, na central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniOCX Enterprise
----	----	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Menor Valor (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviço de diagnóstico, manutenção corretiva, com reposição de peças, se necessário, na central telefônica marca Alcatel-Luncet, modelo OmniOCX Enterprise	SV	01	6.329,32	6.329,32
Estimativa de Custo Total da Contratação					6.329,32

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala, pois o valor do objeto é considerado de pequeno vulto. Assim, o objeto proposto não configura-se fracionável ou executável em etapas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os levantamentos realizados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) estão alinhados com os requisitos tecnológicos atualmente utilizados no Censipam, estabelecendo uma relação de paridade com as necessidades/demandas.

11.1 - ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA (IN 01/2019 Art. 10, Inciso I)	
Planejamento Estratégico do Censipam - 2012-2023	
OE 4	IE 4.4 - Garantir os meios de comunicação de dados necessários ao funcionamento dos serviços
OE 10	IE 10.1 - Dotar as áreas do Censipam de infraestrutura e serviços de TIC adequados e proporcionais à demanda

11.2 - ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)		
ID	Ação do PDTIC	Meta do PDTIC associada
30	Manter o serviço de telefonia fixa comutada local em Porto Velho	2.2. Índice de satisfação dos usuários com a infraestrutura de TIC física 10.2. Índice de disponibilidade dos serviços de infraestrutura interna
31	Manter o serviço de telefonia interestadual e internacional	2.2. Índice de satisfação dos usuários com a infraestrutura de TIC física 10.2. Índice de disponibilidade dos serviços de infraestrutura interna

11.3 - ALINHAMENTO AO PAC 2022 (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)	
Item	Descrição
243/22	Manutenção para central telefônica de Porto Velho

3.4 - ALINHAMENTO AO PTA 2022 (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)	
Item	Descrição
339/22	Manutenção para central telefônica de Porto Velho

A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores;
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168629
- f. Natureza da Despesa: 33.90.40.12 – Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC;
- g. Código do Sistema PTA/2022: 339/22

12. Resultados Pretendidos

- 12.1 Garantir os meios de comunicação de dados necessários ao funcionamento dos serviços, principalmente manter os contatos entre o CRPV e o CCG-Brasília e demais Centros regionais;
- 12.2 Manter o serviço de telefonia fixa comutada local em Porto Velho; e
- 12.3 Manter o serviço de telefonia interestadual e internacional.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Devido a urgência que o processo requer;

Devido este Centro Regional está sem a comunicação da maioria de seus funcionários com o CCG-Brasília e demais Centros Regionais causando transtornos desnecessários;

Devido a falta de comunicação não é possível manter o serviço de telefonia fixa comutada local em Porto Velho;

Devido a falta de comunicação não é possível manter o serviço de telefonia interestadual e internacional;

Devido a falta de comunicação não é possível garantir os meios de comunicação de dados necessários ao funcionamento dos serviços;

Assim, esta comissão acha viável o objeto deste ETP.

16. Responsáveis**MARCUS VINICIUS OLIVEIRA BRAGA**

Integrante Requisitante

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 1082, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

DOMINGOS SARGES JÚNIOR

Integrante Técnico

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 1082, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

SÉRGIO LUIZ MARQUES FRAGA

Integrante Administrativo

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 1082, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"



Bicentenário
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
1822 - 2022



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Luiz Marques Fraga, Assessor(a)**, em 12/05/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sarges Junior, Assessor(a)**, em 12/05/2022, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Oliveira Braga, Assessor(a)**, em 12/05/2022, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Roseval Serrado Leite, Gerente do Centro Regional**, em 12/05/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 07/06/2022, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor**, em 07/06/2022, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5041392** e o código CRC **E6DE3D64**.